

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Sigueira Campos, 1.163 - 6° andar / Cep: 90010-007

Relatório da administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50.01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



- A Companhia tem como obieto a negociação de seguros de vida e previdência. majoritariamente através do canal bancário de vendas do Banrisul.
- 2. Desastre natural de alagamento em municípios do Estado do Rio Grande do Sul A tragédia que abateu o Estado do Rio Grande do Sul trouxe danos consideráveis à economia, como a reducão no turismo e na atividade industrial. A Companhia seque gerenciando e buscando mitigadores desses impactos em suas finanças e na sociedade em que está inserida.

Diante deste cenário, a Companhia deliberou sobre diversas ações com propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem-estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa

Dentre as acões, podemos citar as principais flexibilizações adotadas:

- ormo do digodo, podernos ordinas do principais nomenzagodo dastadas.					
Previdência	 Priorização dos processos de resgate das regiões afetadas; Flexibilização de regras para resgate; Aumento do valor de limite de resgate realizado pela Central de Atendimento; Flexibilização de documentação na regulação de liberação de resgate por morte. 				
Vida	 Priorização dos processos de regulação de sinistros das regiões afetadas; Prorrogação nas vigências dos contratos das regiões afetadas por 60 dias; Flexibilização de documentação na regulação de sinistros. 				
Atendimento	 Criação de canal de atendimento emergencial (priorização usando a opção 0 da URA de atendimento do CRC). 				

No que tange à eventual exposição a risco, temos em nossa carteira a cobertura de Danos Físicos ao Imóvel - DFI (ramo 1065). A Companhia mantém um contrato de resseguro que abrange tal cobertura, com cessão proporcional em quota parte de 90% (noventa por cento) de cada risco vigente na carteira e não há limite de indenização

de resseguro por evento. Adicionalmente, destacamos que a Companhia mantém um contrato de resseguro de Catástrofe. No que diz respeito ao saldo das provisões, a partir de maio de 2024, foi realizado

um incremento na provisão de sinistros a liquidar a fim de melhor estimar o valor final que será pago de benefício pendentes de regulação, com base no valor dos sinistros efetivamente pagos na cobertura Danos Físicos ao Imóvel - DFI (ramo 1065).

e importante pagos la cobertar a partis priscos ao initorei — per (fallo 165). É importante salientar que, preventivamente, a Companhia procedeu com algumas simulações de cenários de sinistros elevados, cujos indicadores apontaram para a possibilidade de impacto marginal no índice de solvência (Patrimônio Líquido Ajustado -PLA em excesso ao Capital Mínimo Requerido - CMR).

Em dezembro de 2024, último mês de apuração dos indicadores, observou-se um excesso de solvência de R\$ 91.367, o que representa um índice de solvência de PLA/ CMR de 174% (cento e setenta e quatro porcento). Considerando que o risco aceito pela Companhia, em nível global, é de 110% (cento e dez porcento), resta evidenciado portanto, que o evento não representa preocupação no que diz respeito à manutenção da solvência da Companhia.

Destaca-se ainda, que em 31 dezembro de 2024, a Companhia possuía como ativos garantidores (exceto PGBL/VGBL), mensurados a valor justo (art. 84, § 2º, Circular SUSEP nº 648/2021), o valor aproximado de R\$ 401.871, ao passo que a necessidade de cobertura de provisões representava a quantia de aproximadamente R\$ 251.638, indicando, assim, um excesso de R\$ 150.233. Além disso, cabe mencionar que 99% (noventa e nove porcento) dos ativos garantidores são compostos por títulos sobera com alta liquidez (NTN-Bs e LFTs) e operações compromissadas lastreadas em títulos

públicos de 1 (um) dia.

Por fim, tendo em vista que operacionalmente a Companhia realiza o pagamento de sinistros para posterior recuperação com o ressegurador (procedimento padrão em contratos de resseguro), e que estes valores a receber do ressegurador não representam um ativo redutor da necessidade de cobertura das provisões técnicas, a Companhia reduziu a periodicidade de recuperação de resseguro (borderôs trimestrais para mensais).

A Companhia, além de acões voltadas para colaboradores, clientes, corretores e parceiros da região, realizou doações de recursos expressivos, alocou esforços e mobilizou parceiros. Sensibilizou suas redes de relacionamento para realizar doações e realizou um de nossos principais eventos anuais, que reúne os maiores líderes do mercado brasileiro, em Gramado. Com isso, trouxe para o Rio Grande do Sul os recursos necessários para a realização do evento, visando fortalecer a economia local e auxiliar a retomada da normalidade. Este é o compromisso da Companhia, 100% brasileira, que busca praticar a empatia com os seus colaboradores, clientes, corretores, parceiros e

3. Desempenho nas operações de seguros e previdência complementar aberta A Companhia continua sua trajetória de crescimento, como podemos ver a seguir:

No ano de 2024 os prêmios ganhos foram de R\$ 720.858 (R\$ 711.323 em 2023),

representando um aumento de 1,3% (2,8% em 2023).
Os sinistros ocorridos foram de R\$ 150.126 (R\$ 114.906 em 2023), que representa uma sinistralidade de 20,8% em 2024 (16,2% em 2023), um aumento de 4,7 pontos

Os custos de aquisição de seguros foram de R\$ 234.327 (R\$ 234.327 em 2023), o que representa um índice de comissionamento de 32,5% em 2024 (32,9% em 2023)

A captação líquida (entradas - saídas) na linha de previdência, em 2024, alcançou R\$ 303.058.

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar em 2024, alcançou R\$ 328.336 (R\$ 346.604 em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 6.937.963 (R\$ 6.012.223 em 31 de dezembro de 2023), representando um aumento de 15,4%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2024, atingiu o montante de R\$ 167.296 (R\$

169.292 em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024, as despesas administrativas foram de R\$ 148.034 (R\$ 140.474 em 31 de dezembro de 2023), sendo 18,8% de prêmios emitidos (20,1% em 2023).

Em 2024, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 35,424 (R\$ 36.195 em 2023), representando um decréscimo de 2,1%. A variação se deu em função, principalmente, da redução da taxa básica de juros – SELIC – que reduziu o rendimento das aplicações financeiras da Companhia em comparação com o mesmo

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 150.259 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 156.691 em 31 de dezembro de 2023), apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 174% (173% em 31 de dezembro de 2023).

Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido no ano	112.975	122.332
Dividendos pagos e propostos no exercício	115.001	90.706
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	101,79%	74,15%
Destinação à Reserva de lucros	81.644	61.166

Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2024 e de 2023, respectivamente.

5. ASG – Ambiental. Social e Governança

A atenção com a sustentabilidade e com o bem-estar social são intrínsecas ao negócio do grupo econômico ao qual a Companhia pertence. Nosso propósito é oferecer tranquilidade financeira para que nossos clientes e suas famílias possam aproveitar todas as fases de sua vida. Nossos produtos conferem estabilidade social e econômica especialmente em momentos críticos.

Em 2022, com a publicação da Circular SUSEP nº 666, a Jornada ASG na Companhia ganhou força. O primeiro passo foi entender a nossa materialidade e definir os temas prioritários para a Companhia: 1) Governanca, ética e conduta profissional; 2) Pessoas normanos para a Compania. 1) comentaria, en ace contocta prinssional, 2) ressuas - desenvolvimento, proteção dos direitos humanos; 3) Diversidade e inclusão, 4) Responsabilidade social; e 5) Meio ambiente e riscos climáticos.

O entendimento da materialidade foi essencial para publicarmos nossa política de sustentabilidade e para mapearmos os riscos ASG. Em fevereiro de 2024, os riscos de sustentabilidade foram integrados ao Sistema de Controles Internos (SCI) e à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR).

Também em 2024, além das ações que já fazem parte dos produtos e da operação e podem ser observadas também pela ótica de ASG, iniciamos ações importantes para a Jornada, como, por exemplo, a conscientização dos públicos internos sobre assuntos ligados à Sustentabilidade, programa Inclusive (inclusão de Pessoas Com Deficiências -PCDs), patrocínio à Organização Não Governamental, entre outros. Além disso, também ntamos procedimentos para análise de fornecedores que solicitam cadastro demonstrando a preocupação da Companhia com sua cadeia de valor.

Em 2025, lançaremos o primeiro Relatório de Sustentabilidade. Adicionalmente, estão previstas ações que aprofundam o trabalho já realizado em todos os cinco temas materiais definidos pela Companhia, incluindo o aumento da conscientização de todos os públicos de interesse para que nossas escolhas como pessoas, colaboradores, líderes e cidadãos construam um futuro melhor para todos. Estaremos sempre atentos as melhores práticas de governança, à ética, à conformidade com a legislação, bem como às melhores práticas de mercado com vistas ao bem-estar coletivo.

2024, a Companhia retornou à sociedade R\$ 126.334 em sinistros pagos (R\$ 126.754 em 2023), R\$ 132.597 (R\$ 128.219 em 2023) pagos por serviços de parceiros terceirizados, além de R\$ 115.000 (R\$ 95.000 em 2023) em pagamento de dividendos, R\$ 33.387 (R\$ 33.406 em 2023) em tributos indiretos e R\$ 73.951 (R\$ 81.277 em 2023) em tributos diretos

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para a Companhia e os valores contratuais no ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R\$ 354 (R\$ 339 em 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração limitada, requeridos pelo órgão regulador 6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e

à SUSEP pelo apoio. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2025.

A Administração.

31/12/2024 31/12/2023

Demonstração dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos		787.271	698.667
Contribuições para cobertura de riscos		5.472	4.654
Variação das provisões técnicas de prêmios		(71.885)	8.002
Prêmios ganhos	Nota 25 e 26.1	720.858	711.323
Sinistros ocorridos	Nota 26.2	(150.126)	(114.906)
Custos de aquisição	Nota 26.3	(234.327)	(234.327)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 26.4	(29.224)	(31.707)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		307.181	330.383
Receita com resseguro		19.457	9.323
Despesa com resseguro		(15.182)	(14.867)
Outros resultados com resseguro		312	, ,
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE			
RESSEGUROS	Nota 26.5	4.587	(5.310)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		988.421	2.056.856
Constituição da provisão de benefícios			
a conceder		(988.230)	(2.056.769)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 26.6	191	87
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		36.510	28.784
Variação de outras provisões técnicas	Nota 26.7	(745)	(305)
Custo de aquisição		(14.771)	(12.201)
Outras receitas (despesas) operacionais		(30)	(144)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE			
PREVIDÊNCIA		21.155	16.221
Despesas administrativas	Nota 26.8	(148.034)	(140.474)
Despesas com tributos	Nota 26.9	(34.517)	(35.162)
Resultado financeiro	Nota 26.10	35.424	36.195
RESULTADO OPERACIONAL		185.796	201.853
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		185.796	201.853
Imposto de renda	Nota 27	(44.596)	(48.787)
Contribuição social	Nota 27	(28.225)	(30.734)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		112.975	
Quantidade de ações		2.091	2.091
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		54.029	58.504
As notas explicativas são parte integra	nte das demons	trações finar	ceiras

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais) 31/12/2024 31/12/2023 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 112.975 122.332 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurado ao VJORA

TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE 123,700 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Efeito dos tributos - IRPJ e CSLL

48

2.281

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro	de 2024 e	de 2023
(Em milhares de reais)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
CIRCULANTE		6.828.706	5.961.478
Disponível		14.715	7.213
Caixa e bancos		14.715	7.213
Equivalente de caixa	Nota 5	18.900	32.626
Aplicações	Nota 5	6.668.804	5.802.605
Créditos das operações com seguros e resseguros		42.909	41.765
Prêmios a receber	Nota 6	28.699	27.386
Operações com seguradoras	Nota 7	6.817	8.136
Operações com resseguradoras	Nota 8	7.393	6.243
Créditos das operações com previdência complementar		85	83
Valores a receber		85	83
Outros créditos operacionais	Nota 9	39.134	34.897
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 10	10.540	11.835
Títulos e créditos a receber		4.092	4.672
Títulos e créditos a receber		3.211	3.829
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	881	843
Despesas antecipadas		_	1
Custos de aquisição diferidos		29.527	25.781
Seguros	Nota 18	29.469	25.753
Previdência	Nota 19	58	28
NÃO CIRCULANTE		109.256	50.745
Realizável a longo prazo		108.861	50.328
Aplicações	Nota 5	41.815	_
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 10	4.864	4.621
Títulos e créditos a receber		21.171	20.354
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	7.735	7.636
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 22.4	13.436	12.718
Outros bens e valores		770	210
Custos de aquisição diferidos		40.241	25.143
Seguros	Nota 18	40.210	25.110
Previdência	Nota 19	31	33
Imobilizado		245	326
Bens móveis		110	134
Outras imobilizações		135	192
Intangível		150	91
Outros intangíveis		150	91
TOTAL DO ATIVO		6.937.962	6.012.223

Conta a pagar 48.211 44.150 Obrigações a pagar Nota 12 34.711 31.343 Impostos e encargos sociais a recolher 5.193 3.487 Impostos e contribuições Nota 13 7.909 8.801 Outras contas a pagar 398 519 Débitos de operações com seguros e resseguros 46.549 42.685 Prêmios a restituir 25 50 Operações com seguradoras Nota 14 6.263 6.002 Operações com resseguros e resseguros Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 15 9.096 10.199 Mébitos de operações com previdência 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 1212 181 Depósitos de terceiros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Provisões técnicas - previdência complementar	PASSIVO			
Obrigações a pagar Nota 12 34.711 31.343 Impostos e encargos sociais a recolher 5.193 3.487 Impostos e contribuições Nota 13 7.909 8.801 Outras contas a pagar 398 519 519 6.801 Débitos de operações com seguradoras Nota 14 6.263 6.002	CIRCULANTE		1.345.006	1.279.198
Impostos e encargos sociais a recolher 5.193 3.487 Impostos e contribuições Nota 13 7.909 8.801 Outras contas a pagar 398 519 Débitos de operações com seguros e resseguros 46.549 42.685 Prêmios a restituir 25 50 Operações com seguradoras Nota 14 6.263 6.002 Operações com resseguros Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 16 31.165 26.434 Débitos de operações com previdência 257 529 Débitos de perações com previdência 212 181 Corretores de seguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 134 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 <	Contas a pagar		48.211	44.150
Impostos e contribuições Nota 13 7.909 8.801 Outras contas a pagar 398 519 Débitos de operações com seguros e resseguros 46.549 42.685 Prêmios a restituir 25 50 Operações com seguradoras Nota 14 6.263 6.002 Operações com resseguros Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 16 31.165 26.434 Débitos de operações com previdência complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 NÃO CIRCULANTE 5.425.661	Obrigações a pagar	Nota 12	34.711	31.343
Outras contas a pagar 398 519 Débitos de operações com seguros e resseguros 46.549 42.685 Prêmios a restituir 25 50 Operações com seguradoras Nota 14 6.263 6.002 Operações com seguradoras Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 16 31.165 26.434 Débitos de operações com previdência complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661	Impostos e encargos sociais a recolher		5.193	3.487
Débitos de operações com seguros e resseguros 46.549 42.685 Prêmios a restituir 25 50 Operações com seguradoras Nota 14 6.263 6.002 Operações com resseguros e resseguros Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 16 31.165 26.434 Débitos de operações com previdência complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 0brigações fiscais Nota 28.3 11.737 10.965	Impostos e contribuições	Nota 13	7.909	8.801
Prémios a restituir 25 50 Operações com seguradoras Nota 14 6.263 6.002 Operações com resseguradoras Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 16 31.165 26.434 Débitos de operações com previdência complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 9GBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 11.737 10.965 100 100 100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	Outras contas a pagar		398	519
Operações com seguradoras Nota 14 6.263 6.002 Operações com resseguradoras Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 16 31.165 26.434 Débitos de operações com previdência complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.668 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 5.045.661 4.563.733 Provisões técnicas - seguros </td <td>Débitos de operações com seguros e resseguros</td> <td>3</td> <td>46.549</td> <td>42.685</td>	Débitos de operações com seguros e resseguros	3	46.549	42.685
Operações com resseguradoras Nota 15 9.096 10.199 Corretores de seguros e resseguros Nota 16 31.165 26.434 Débitos de operações com previdência complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 100.2568 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 1002.568 <td< td=""><td>Prêmios a restituir</td><td></td><td>25</td><td>50</td></td<>	Prêmios a restituir		25	50
Corretores de seguros e resseguros Nota 16 31.165 26.434 Débitos de operações com previdência complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 46.067 45.408 Outros débitos 232 180	Operações com seguradoras	Nota 14	6.263	6.002
Débitos de operações com previdência complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 1212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contras ontas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 28.3 14.7764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974	Operações com resseguradoras	Nota 15	9.096	10.199
complementar 577 529 Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 5.425.661 4.563.733 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.64	Corretores de seguros e resseguros	Nota 16	31.165	26.434
Débitos de resseguro 365 348 Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Outros débitos Outros débitos Outros débitos Outras contas a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar Nota 22.3 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326	Débitos de operações com previdência			
Outros débitos operacionais 212 181 Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 6.648 6.603 PGBL/PRGP <t< td=""><td>complementar</td><td></td><td>577</td><td></td></t<>	complementar		577	
Depósitos de terceiros Nota 17 6.242 7.930 Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 14.7764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 9 PGBL/PRGP 222.326 193.212 1810 Outros débitos 1.810 </td <td></td> <td></td> <td>000</td> <td>0.0</td>			000	0.0
Provisões técnicas - seguros Nota 18 1.194.521 1.134.436 Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 14.7764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305	•			
Pessoas 152.819 131.868 Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contras a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 14.7764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - </td <td>Depósitos de terceiros</td> <td>Nota 17</td> <td>6.242</td> <td>7.930</td>	Depósitos de terceiros	Nota 17	6.242	7.930
Vida com cobertura por sobrevivência 1.041.702 1.002.568 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capita	Provisões técnicas - seguros	Nota 18	1.194.521	1.134.436
Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 48.674 49.288 Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros <t< td=""><td>Pessoas</td><td></td><td>152.819</td><td>131.868</td></t<>	Pessoas		152.819	131.868
Planos não bloqueados 2.607 3.880 PGBL/PRGP 46.067 45.408 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 7.000 7.000 1.810 PGBL/PRGP 222.326 193.212 1.810 7.000 1.810 7.000 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 7.000 1.810 7.000 7.000 7.000 7.000 7.000 7.000 7.000 7.000 7.000 7.000	Vida com cobertura por sobrevivência		1.041.702	1.002.568
PGBL/PRGP 46.067 45.08 Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.643 6.603 96.81 6.603 97.91 1810 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 29.2 22.305 1.810 98.15 180 PGBL/PRGP 222.326 193.212 180 99.21 180 99.21 180 99.21 180 99.21 180 99.21 180 99.21 180 99.21 99.22 99.22 180 99.22	Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 19	48.674	49.288
Outros débitos 232 180 Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 14.7764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Pébitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 <td< td=""><td>Planos não bloqueados</td><td></td><td>2.607</td><td>3.880</td></td<>	Planos não bloqueados		2.607	3.880
Débitos diversos 232 180 NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.055 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lu	PGBL/PRGP		46.067	45.408
NÃO CIRCULANTE 5.425.661 4.563.733 Contas a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - -	Outros débitos		232	180
Contas a pagar 11.737 10.965 Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Poblitos diversos 503 - PATRIMÓNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO <td>Débitos diversos</td> <td></td> <td>232</td> <td>180</td>	Débitos diversos		232	180
Outras contas a pagar - obrigações fiscais Nota 22.3 11.737 10.965 Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Pobitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - - -	NÃO CIRCULANTE		5.425.661	4.563.733
Provisões técnicas - seguros Nota 18 5.182.142 4.351.143 Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 193.212 Outros débitos 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - - -	Contas a pagar		11.737	10.965
Pessoas 147.764 96.756 Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - - -	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 22.3	11.737	
Vida com cobertura por sobrevivência 5.034.378 4.254.387 Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - -	Provisões técnicas - seguros	Nota 18	5.182.142	4.351.143
Provisões técnicas - previdência complementar Nota 19 228.974 199.815 Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - -	Pessoas		147.764	96.756
Planos não bloqueados 6.648 6.603 PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - - -	Vida com cobertura por sobrevivência		5.034.378	4.254.387
PGBL/PRGP 222.326 193.212 Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - -	Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 19	228.974	199.815
Outros débitos 2.305 1.810 Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÓNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - -	Planos não bloqueados		6.648	6.603
Provisões judiciais Nota 22.2 2.305 1.810 Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - - -	PGBL/PRGP		222.326	193.212
Débitos diversos 503 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados - - - TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO - -	Outros débitos		2.305	1.810
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 167.295 169.292 Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados — — — TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO — — —	Provisões judiciais	Nota 22.2	2.305	1.810
Capital social Nota 23.1 72.188 72.188 Reservas de lucros Nota 23.2 96.082 98.108 Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados — — — TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO — — —	Débitos diversos		503	-
Reservas de lucros	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.295	169.292
Ajustes de avaliação patrimonial Nota 23.3 (975) (1.004) Lucros acumulados – TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO	Capital social	Nota 23.1	72.188	72.188
Lucros acumulados – – – TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO	Reservas de lucros	Nota 23.2	96.082	98.108
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO	Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 23.3	(975)	(1.004)
	Lucros acumulados		_	-
			6.937.962	6.012.223

169.292

169.292

167.295



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

2° Caderno

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Sigueira Campos, 1.163 - 6° andar / Cep: 90010-007

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)						
	31/12/2024	31/12/2023				
Atividades operacionais						
ucro líquido do exercício	112.975	122.332				
Ajustes para:						
Depreciação e amortizações	343	281				
Despesas de juros	2	6				
Variação das provisões técnicas - seguros	1.762.931	2.672.557				
Variação das provisões técnicas - previdência	55.944	60.630				
Variação de impostos sobre o lucro	72.917	80.321				
Variação nas contas patrimoniais						
Ativos financeiros	(907.966)	(2.031.023				
Créditos das operações com seguros e resseguros	(1.144)	6.712				
Créditos das operações com previdência complementar	(2)	(1				
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.052	(2.994				
Créditos tributários e previdenciários	(38)	204				
Ativo fiscal diferido	(118)	40				
Depósitos judiciais e fiscais	(718)	(10				
Despesas antecipadas	1	646				
Custos de aquisição diferidos	(18.844)	8.949				
Outros ativos	(3.881)	(24.366				
Outros valores e bens - direito de uso	(560)	(210				
Outras contas a pagar	5.708	21.203				
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.864	17.109				
Débitos de operações com previdência complementar	48	410				
Depósitos de terceiros	(1.688)	(756				
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(871.847)	(712.057				
Provisões técnicas - previdência complementar	(27.399)	(29.338				
Provisões judiciais	495	1.434				
Débitos diversos	921	438				
caixa gerado pelas operações	182.996	192.517				
Juros pagos	15					
Tributos sobre o lucro pagos	(73.809)	(77.390				
caixa líquido gerado nas atividades operacionais	109.202	115.127				
tividades de investimentos						
Pagamento pela compra:						
Imobilizado	-	(108				
Intangível	(59)	(47				
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento atividades de financiamento	(59)	(155				
Pagamento de dividendos	(115.000)	(95.000				
Pagamento de passivo por arrendamento	(366)	(258				
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(115.366)	(95.258				
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(6.223)	19.714				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.839	20.125				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.615	39.839				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra form

1. Contexto operaciona

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Catur é usado para tratar o conjunto formado pela loatu Seguros S.A. e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o major nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

2. Base de preparação e divulgação
As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em

24 de fevereiro de 2025.

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo • Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5):

• Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2 e 5.1);

• Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) (notas

Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas

3.14, 17 e 18).

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

 Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.

 As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.

• As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.

· Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes

Reservas de lucros Dividendo Ajuste de avaliação patrimonia Capital Reserva adicional Lucros legal estatutária proposto acumulados Saldos em 01° de janeiro de 2023 Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios 136,298 (2.372)1.368 1.368 Dividendos declarados e pagos - AGE 31/03/2023 (25.706)(25.706)Dividendos antecipados declarados e pagos - AGE 31/08/2023 (3.834)122.332 Lucro líquido do exercício 122.332 Destinação do lucro líquido (61.166) (61.166) Dividendos mínimos obrigatórios Constituição de reserva estatutária 61.166

72,188

72.188

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

Distribuição de dividendos intermediários – AGOE 28/03/2024 Distribuição de dividendos – AGE 23/09/2024 (65.000) (18.670) (65.000)(31.331)(50.001)Lucro líquido do exercício 112.975 112.975 Constituição da reserva estatutária 81.644 (81.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

14,438

• Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis

 Sespecificas.
 Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos. • Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são

ajustados à valor presente.

Saldos em 31 de dezembro de 2023

ildos em 31 de dezembro de 2024

Saldos em 01° de janeiro de 2024
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4.1. Mensurados e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no ercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis
com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*limpairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)
Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ

serão mensuradas nesta categoria

Estão contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "ativo de direito de uso", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "passivo de arrendamento", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela lcatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco: • Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Companhia, para assim, utilizar

os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.

Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis ncluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas dito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanco com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforco o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.7.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro A Redução ao Valor Recuperável de ativos de resseguro (RdVR de Resseguro) deve

ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecuperabilidade de contas de ativo de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura do contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa

onde observamos os critérios mínimos de Rating para a seleção dos resseguradores definidos na política de transferência de risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

(1.004)

(1.004)

(975)

Em 31 de dezembro de 2024 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 1.072 (R\$ 766 em 31 de dezembro de 2023)

3.7.1.2 Redução ao valor recuperável de prêmios a recebe

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber (RdVR) deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da Companhia.

Nossa metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por "faixa de *aging*", sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior.

• Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;

83.670

83.670

Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias:

Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias:

Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias, e;
Grupo 4: faturas vencidas a mais de 360 dias.

Para o exercício de 2024, a partir da análise histórica, estamos aplicando os seguintes

ercentuais para constituição mensal da RdVR: Faturas com 30 dias a vencer – 5,36%;

• Faturas vencidas há 60 dias - 13,01%; • Faturas vencidas entre 60 e 180 dias – 72,81%

Faturas vencidas entre 180 e 360 dias – 78,94%;

 Faturas vencidas a mais de 360 dias – 100% Em 31 de dezembro de 2024 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 57 (R\$ 435 em 31 de dezembro de 2023).

3 72 Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente,

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos não financeiros

não seriam recuperados.

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social. PIS e COFINS, ativo e vo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis

O imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferencas temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizadas. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados guando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela

3.8.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da provisão de sinistro a liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na provaver, possiver e territor. A arianse desses progritoricos e realizada com base ria experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com poderito ser levisio de acordo com a lase processoral e as decisões dos informaciones. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto/2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro/2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei 14.905/2024. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais

rubrica "outras contas a pagar – obrigações fiscais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Quando necessário o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de acões judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBINER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos

assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentenca e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seia provável.

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados ecomo um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas





Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6° andar / Cep: 90010-001

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.6.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente como relatado na nota explicativa 3.7.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período

Os custos de aquisição diferidos, em sua majoria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a comissão, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 27 meses

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodología de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-

bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante. 3.14.1. Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento

especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL. 3.14.2. Provisões matemáticas de benefícios concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício

3.14.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a database das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e para as ações judiciais, era utilizado, até agosto/2024, a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuia ação encontra-se tramitando e, a partir de setembro/2024, passou-se a utilizar a previsão da Lei 14 905/2024

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão referente a (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - (IBNER). que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e o outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo: os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e

 os ajustes de IBNER judicial calculados conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, figue alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado. Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros,

pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.14.4. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de i) A metodologia de calculo utiliza experiencia propria para commercial IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de runrun de la companio de constituciones de sinistros incorridos para off. que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cada calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente:

ii) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão;

iii) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

3.14.5. Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG – RVNE) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo método pro *rata die*,

considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o

fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturam de cada apólice na carteira:

mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de run off, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses;

ii) Para as apólices com faturamento mensal majores que o citado, utiliza-se a média nples das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso

3.14.6. Provisão de excedente financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.14.7. Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações financeiras, além das rendas vencidas e ainda não pagas

3.14.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR/PDC)

A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitalis por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base a parte do percentual contratual referente a prestação de serviços firmado entre as empresas do grupo econômico em que a Companhia está inserida, referente aos custos com sinistros e benefícios.

3.14.9. Provisão de excedente técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico. 3.14.10. Provisão complementar de cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação de passivos (TAP), detalhada na nota 3.15.

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada A adequação uso passivos de segurios e previdentes, registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a

data-base do teste, brutas de resseguro. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos lanos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risso, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as

tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Tendo em vista que os principais planos da carteira em questão possuem as seguintes

aracteristicas tecinicas.		
Tábua	Juros	Carregamento
AT1983	0%	0%
AT2000	0%	0%
BReMS	0%	0%

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a

operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios considerando os riscos vigentes na data base. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram consideradas os seguintes percentuais de sinistralidade:

Agrupamento	Sinistralidade
Vida em Grupo	17,74%
Prestamista	25,26%
Acidentes Pessoais	5,88%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplicam-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na companhia. Em relação ao sinistro, os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 8 meses após a liquidação do sinistro junto ao

segurado, conforme histórico de recuperações da companhia.

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano, divulgada pela SUSEP na data-base

3.15.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

i) Benefícios concedidos;

ii) PGBL/VGBL:

Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.15.2. Efeito das taxas de juros no TAP
A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em outros resultados abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do

3.15.3. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2024 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. Ou seja, o resultado do teste foi negativo, o qual não gerou a necessidade de constituição de PCC

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de adequação de passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.17.1. Circular SUSEP nº 678/2022 SEP publicou a Circular nº 678, que alterou a C

SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou o dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. A Circular entrou em vigor em janeiro de 2024 Dentre as principais alterações trazidas na norma temos:

i) Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e consequentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da Companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além disso, as nomenclaturas das classificações aplicáveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado. Em relação aos Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança

ocorrida está relacionada a classificação dos Instrumentos Financeiros conforme modelo

Redução ao valor recuperável (impairment)

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis

a sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

ii) Alterações em nomenclatura e conceitos relativos a provisões técnicas

Na área de provisões técnicas, a norma alterou algumas nomenclaturas e conceitos, trazendo nova alocação nos valores associadas a PSL (provisão de sinistros a liquidar), PVR (provisão de valores a regularizar) e PDR (provisão de despesas relacionadas).

A Circular segregou a provisão de despesas relacionadas (PDR) em duas: a) Provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de

repartição simples (PDR); e b) Provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de

capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC). Para alinhar a PSL (provisão de sinistros a liquidar) ao seu conceito de benefício de riscos, os valores de pagamentos sob a forma de renda atuarial ou financeira foram considerados na PVR (provisão de valores a regularizar) e não na PSL. Além disso, os termos "rendas vencidas" e "pagamentos únicos" foram excluídos da definição da PSL. Assim, a PVR agora inclui valores referentes a resgates a regularizar, devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, portabilidades a regularizar, prêmios recebidos e não cotizados, rendas vencidas e benefícios a regularizar relativos a coberturas por

A Companhia avaliou as alterações e não identificou mudanças significativas no que diz ito as provisões técnicas

iii) O fim da compensação da "mais valia" das aplicações financeiras classificadas na modalidade mantidos até o vencimento (custo amortizado) com o resultado do teste de adequação do passivo (TAP)

A "mais valia" é definida como a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e seus respectivos valores justos. Até 2023, o saldo da mais valia podia ser usado para compensar insuficiências identificadas 222, o salvo de mitas valia pota ser vada para volt compensar insulatoriores de influencia no teste de adequação de passivos (TAP), permitindo que a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) não fosse registrada se a mais valia fosse maior que a insuficiência. No entanto, a Circular Susep nº 678/22 alterou essa prática.

entanto, a Circular Susep nº 0.78/22 alterou essa pratica.
O efeito contábil imediato dessa alteração foi a necessidade de constituição de PCC em casos de insuficiência de TAP, situação anteriormente compensada pela mais valia. A contrapartida do lançamento na PCC depende da natureza da insuficiência

se resultante de alteração no risco, a contrapartida deve ser registrada no resultado

se decorrente de alteração na taxa de juros, a contrapartida poderá ser no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme a política contábil estabelecida em estudo

A Companhia avaliou as alterações e não identificou mudanças significativas no que diz ao teste de adequação de passivos, uma vez que não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro na data base de referência.

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.18.1. CPC 50 - Contratos de seguros

sobrevivência.

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.18.2. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023 A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece

as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal). Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda vação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da empresa. estrategicas, combonito para a sustenzialmate de o trescimino continuo da impresa. A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco. do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

previstas em seu estatutos aprovatus. As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos: e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

procedimentos e initidades operacionais tesponsavers pera initidades de negócio e áreas das companhias do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com

as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o

cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades

relacionadas a entregas de produtos e serviços do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e aiustes em seus processos. · A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam ativid

gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico. supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

 A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu notencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos, formalizados pela empresa.



2° Caderno

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6° andar / Cep: 90010-001

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e o apetite a iscu, groda e os apetites por categorias sau describos de forma qualitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos. Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de

riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim. destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratinas em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente Os ratings em secara inacional das emissões de indicis privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P e Moody*'s. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de probabilidade default (PD), duration do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1 Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de rating atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 350.115, correspondentes a 87,12% (R\$ 275.014 correspondentes a 78,88% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco posível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em perações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 50.654

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 6.327.647 (R\$ 5.486.589 em 31 de dezembro de 2023).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 1.103 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 993 em 31 de dezembro de 2023). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não há exposição a créditos os detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusir

4.1.1.1.2 Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco da Companhia, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos ontratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de resseguros.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável – RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao valor recoperare – novimbre ao resseguio, relorgando amaginas o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.7.1.1.

O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional,

estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência. No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em

operações de resseguro em 31 de dezembro de 2024:

		31/12/2024		31/12/2023	
Tipo		Exposi-	Exposi-	Exposi-	Exposi-
Ressegurador	Rating	ção (R\$)	ção (%)	ção (R\$)	ção (%)
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	4.662	20,45%	8.335	36,64%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	10	0,04%	11	0,05%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	339	1,49%	380	1,67%
Local	AA- pela Standard & Poor's	1.078	4,73%	5.786	25,44%
Local	A+ pela A. M. Best Company	5.497	24,11%	-	0,00%
Local	A- pela A. M. Best Company	11.210	49,18%	2.697	11,86%
Local	B++ pela A. M. Best Company	-	0,00%	5.536	24,34%
Total		22.796	100,00%	22.746	100,00%

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle de risco de mercado é baseado no modelo Value At Risk (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre

a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95;

(II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01. para a Companhia:

	31/12/2024			31/12/2023			1	
Fatores de Risco	DV-01	EWMA	VAR	Exposição	DV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(0)	0,95	0	0	_	0,95	-	_
Taxa referencial	_	0,95	_	_	_	0,95	-	_
IGPM	(3)	0,95	161	7.927	-	0,95	-	_
IPCA	(7)	0,95	454	34.088	(5)	0,95	843	83.110
Ações	-	0,95	0	0	_	0,95	-	-

4.1.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume norma transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despes operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco

de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia

	31/12/2024				
		De 1 a	Acima de		
Ativos e passivos	Até 1 ano	2 anos	2 anos	Total	
Caixa e bancos	14.715	_	_	14.715	
Equivalente de caixa	18.900	_	-	18.900	
Aplicações financeiras	1.117.738	929.616	4.663.265	6.710.619	
Crédito das operações de seguros e					
previdência	82.128	_	_	82.128	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10.540	2.167	2.697	15.404	
Títulos e créditos a receber	4.092	21.171	_	25.263	
Total de ativos	1.248.113	952.954	4.665.962	6.867.029	
Contas a pagar	48.211	11.737	_	59.948	
Provisões técnicas	1.243.195	1.308.611	4.102.505	6.654.311	
Débito das operações	47.126	_	-	47.126	
Depósitos de terceiros	6.242	_	-	6.242	
Total de passivos	1.344.774	1.320.348	4.102.505	6.767.627	
		24/40/	2000		

	31/12/2023			
		De 1 a	Acima de	
Ativos e passivos	Até 1 ano	2 anos	2 anos	Total
Caixa e bancos	7.213	_	-	7.213
Equivalente de caixa	32.626	_	-	32.626
Aplicações financeiras	1.073.797	1.068.378	3.660.430	5.802.605
Crédito das operações de seguros e				
previdência	76.745	_	_	76.745
Ativos de resseguro - provisões técnicas	11.835	1.933	2.688	16.456
Títulos e créditos a receber	4.672	20.354	_	25.026
Total de ativos	1.206.888	1.090.665	3.663.118	5.960.671
Contas a pagar	44.150	10.965	-	55.115
Provisões técnicas	1.183.724	1.278.193	3.272.765	5.734.682
Débito das operações	43.214	_	_	43.214
Depósitos de terceiros	7.930	_	-	7.930
Total de nassivos	1 279 018	1 289 158	3 272 765	5 840 941

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota

4.1.1.4 Risco operacional

O risco Operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos incluindo riscos legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos,

que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados 4.1.1.5 Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cuios critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da companhia tem como objetivo examina cuidadosamente todas as propostas de seguros, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados. Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, a Companhia diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração da Companhia e formalizadas na política de subscrição de riscos e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias

com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não deseiáveis

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seia bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preco antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e conseguentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos

Distribuição de prêmio bruto de	resseguro em 31/12/2024	
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	292.480	292.480
Prestamista	289.958	289.958
Acidentes pessoais	92.167	92.167
Habitacional	27.197	27.197
Outros	19.056	19.056
Total seguros	720.858	720.858
Previdência	988.421	988.421
Total previdência	988.421	988.421
Distribuição de prêmio bruto de	resseguro em 31/12/2023	

Distribuição de prêmio bruto de resseguro e	m 31/12/2023	
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	276.644	276.644
Prestamista	295.285	295.285
Acidentes pessoais	95.986	95.986
Habitacional	25.371	25.371
Outros	18.037	18.037
Total seguros	711.323	711.323
Previdência	2.056.856	2.056.856
Total previdência	2.056.856	2.056.856

Distribuição de prêmio líquido d	e resseguro em 31/12/2024	
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	288.935	288.935
Prestamista	285.758	285.758
Acidentes pessoais	91.680	91.680
Habitacional	20.799	20.799
Outros	18.504	18.504
Total seguros	705.676	705.676
Previdência	988.421	988.421
Total previdência	988.421	988.421
Distribuição de prêmio líquido d	e resseguro em 31/12/2023	

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em	31/12/2023	
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	273.198	273.198
Prestamista	290.286	290.286
Acidentes pessoais	95.537	95.537
Habitacional	19.831	19.831
Outros	17.604	17.604
Total seguros	696.456	696.456
Previdência	2.056.856	2.056.856
Total previdência	2.056.856	2.056.856

4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital solida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos da Companhia e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7 Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõe a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

A composição dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir, para as datas-bases de 31 de dezembro de 2024 e de dezembro de 2023, com a abertura por tempo de vencimento, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os demais instrumentos financeiros, com vencimento após doze meses, encontram-se no ativo não circulante. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada, categorizados conforme detalhado

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 18.900 (R\$ 32.626 em 31 de dezembro

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 43.440 (R\$ 84.708 em 31 de dezembro 2023). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, representam R\$ 1.625, brutos de tributos e R\$ 975, líquidos de tributos (ganho de R\$ 1.673, brutos de tributos e R\$ 1.044, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2023).

Categoria	31/12/2024	31/12/2023
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes -		
VJORA	41.815	83.035
Valor justo por meio do resultado - VJR	6.687.704	5.752.196
Total	6.729.519	5.835.231
Circulante	6.687.704	5.835.231
Equivalentes de caixa	18.900	32.626
Aplicações financeiras	6.668.804	5.802.605
Não circulante	41.815	_
Aplicações financeiras	41.815	-

A seguir, a abertura da carteira por categoria de mensuração:

seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representa 0,62% da carteira em 31 de dezembro de 2024 (1,43 % em 31 de dezembro de 2023):

		31/12/2	2024
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		41.815	43.440
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,11%	34.123	35.509
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 6,12%	7.692	7.931
Total		41.815	43.440
Circulante		-	-
Não circulante		41.815	43.440
		31/12/2	2023
		Valor	
	Taxas	contábil/	Valor de
	contratadas	justo	curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		83.035	84.708
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 3,20%	83.035	84.708

Não circulante A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em até um ano	_	83.035
Vencimento em até cinco anos	34.123	_
Vencimento acima de cinco anos	7.692	_
Total	41.815	83.035

83.035

84.708

5.2. Valor justo por mejo do resultado (VJR)

Circulante

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representa 99,38% da carteira em 31 de dezembro de 2024 (98.57 % em 31 de dezembro de 2023):

	Taxas contratadas	31/12/2	024
		Valor contábil/ justo	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		6.667.610	6.667.610
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	-	6.327.647	6.327.647
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	308.300	308.300
Operações compromissadas	Selic	31.754	31.754
Outros	-	(91)	(91)
Operações compromissadas - equivalente de			
caixa	Selic	18.900	18.900
Fundo não exclusivos		1.194	1.194
Total		6.687.704	6.687.704
Circulante		6.687.704	6.687.704
Não circulante		_	_

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 70,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2024 (66% em 31 dezembro de 2023), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

Jornal do Comércio



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6° andar / Cep: 90010-001

		31/12/2	2023
	_	Valor	
	Taxas	contábil/	Valor de
	contratadas	justo	mercado
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		5.718.494	5.718.494
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	_	5.486.589	5.486.589
Letras Financeiras do tesouro - LFT	Selic	191.979	191.979
Operações compromissadas	Selic	40.009	40.009
Outros	-	(83)	(83)
Operações compromissadas - equivalente			
de caixa	Selic	32.626	32.626
Fundo não exclusivos	-	1.076	1.076
Total		5.752.196	5.752.196
Circulante		5.752.196	5.752.196
Não circulante		_	_

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 70,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2024 (66% em 31 dezembro de 2023), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas. A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento	148.281	102.035
Vencimento em até um ano	988.357	921.353
Vencimento em até cinco anos	4.866.897	4.181.623
Vencimento acima de cinco anos	684.169	547.185
Total	6.687.704	5.752.196

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

VJR	VJORA	Total
3.697.134	79.017	3.776.151
2.731.068	_	2.731.068
(1.241.668)	(4.704)	(1.246.372)
565.662	6.441	572.103
-	2.281	2.281
5.752.196	83.035	5.835.231
1.976.742	42.587	2.019.329
(1.627.735)	(90.126)	(1.717.861)
586.501	6.271	592.772
	48	48
6.687.704	41.815	6.729.519
	3.697.134 2.731.068 (1.241.668) 565.662 - 5.752.196 1.976.742 (1.627.735) 586.501	3.697.134 79.017 2.731.068 (4.704) 565.662 6.441 - 2.281 5.752.196 83.035 1.976.742 42.587 (1.627.735) (90.126) 586.501 6.271 48

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos

Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

		31/12/2024	
	Nível 1	Nível 2	Total
VJORA	34.123	7.692	41.815
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	34.123	7.692	41.815
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	34.123	_	34.123
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	_	7.692	7.692
VJR	5.126.471	1.561.233	6.687.704
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	5.107.571	1.560.039	6.667.610
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	4.767.517	1.560.130	6.327.647
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	308.300	_	308.300
Operações compromissadas	31.754	-	31.754
Outros	_	(91)	(91)
Operações compromissadas - classificado como			
equivalente de caixa	18.900	_	18.900
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	_	1.194	1.194
Total	5.160.594	1.568.925	6.729.519

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 70,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2024 (66% em 31 dezembro de 2023), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

		31/12/2023	
	Nível 1	Nível 2	Total
VJORA	83.035	_	83.035
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	83.035	_	83.035
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	83.035	_	83.035
VJR	4.171.697	1.580.499	5.752.196
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	4.171.697	1.579.423	5.751.120
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	3.907.083	1.579.506	5.486.589
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	191.979	-	191.979
Operações compromissadas	40.009	_	40.009
Outros	-	(83)	(83)
Operações compromissadas - classificado como		` '	, ,
equivalente de caixa	32.626	_	32.626
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		1.076	1.076
Total	4.254.732	1.580.499	5.835.231

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a companhia é cotista, é maioritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 70,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2024 (66% em 31 dezembro de 2023), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrado a seguir:

, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,					
	31/12/2024	31/12/2023			
Vida em grupo	17.300	15.554			
Prestamista	5.338	6.261			
Acidentes pessoais	6.082	5.974			
Outros	36	32			
Total de prêmios a receber bruto	28.756	27.821			
Provisão para redução ao valor recuperável	(57)	(435)			
Total de prêmios a receber	28.699	27.386			

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, está demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	27.821	29.169
(+) Prêmios emitidos	802.349	621.219
(+) IOF	5.109	4.369
(–) Prêmios cancelados	(7.949)	(35.295)
(–) Recebimentos	(798.574)	(591.641)
Prêmios a receber bruto	28.756	27.821
Saldo inicial	(435)	(168)
(–) Constituição	(1.254)	(4.016)
(+) Reversão	1.632	3.749
Provisão para redução ao valor recuperável	(57)	(435)
Prêmios a receber líquidos	28,699	27.386

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

21/12/2024

		01/12/2024	
Prêmios a Redução do receber bruto valor recuperável		Prêmios a receber líquido	
A vencer			
De 1 até 30 dias	28.689*	(10)	28.679
Vencidos			
1 até 30 dias	15	(2)	13
31 até 60 dias	5	(1)	4
Acima de 60 dias	47	(44)	3
Total	28.756	(57)	28.699

Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 26.496 referem-se aos valores de prêmios a vence de riscos vigentes não emitidos.

		31/12/2023	
Prêmios a receber Redução do valor bruto recuperável		Prêmios a receber líquido	
A vencer			
De 1 até 30 dias*	27.353*	(27)	27.326
Vencidos			
1 até 30 dias	96	(45)	51
31 até 60 dias	37	(28)	9
Acima de 60 dias	335	(335)	
Total	27.821	(435)	27.386

Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 26.381 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

7. Crédito das operações - operações com seguradoras

As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cosseguros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de cosseguro aceito	6.822	8.141
Redução ao valor recuperável	(5)	(5)
Total	6.817	8.136

8. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Sinistros pagos a recuperar	8.454	6.998
Outros créditos a recuperar	11	11
Redução ao valor recuperável	(1.072)	(766)
Total	7.393	6.243

09. Outros créditos operacionais

Essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$ 39.134 em 31 de dezembro de 2024 (R\$34.897 em 31 de dezembro 2023). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário

10. Ativos de resseguro

São as provisões técnicas referentes aos contratos de resseguro feitos pela Companhia para mitigar seus riscos, como a seguir

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos	5.319	5.834
Sinistros a liquidar	3.076	3.556
Sinistros ocorridos não avisados	2.158	2.445
Redução ao valor recuperável	(13)	_
Total circulante	10.540	11.835
Sinistros a liquidar	3.950	3.468
Sinistros ocorridos não avisados	925	1.153
Redução ao valor recuperável	(11)	_
Total não circulante	4.864	4.621
Total	15.404	16.456

11. Créditos tributários e previdenciários

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a

Ativo Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	106	106
ISS/IOF/ IRRF e PIS/COFINS/CSLL a compensar	576	552
Demais impostos	199	185
Total de créditos fiscais	881	843

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "créditos tributários e previdenciários".

	Consti- Realização/			
	31/12/2023	tuição	Reversão	31/12/2024
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido - diferença				
temporária	1.945	3.836	(3.810)	1.971
Diferenças temporárias	1.528	997	(960)	1.565
Ajuste de títulos e valores mobiliários a				
valor de mercado	417	2.839	(2.850)	406
Contribuição social diferida - diferença				
temporária	1.169	2.300	(2.286)	1.183
Diferenças temporárias	917	597	(575)	939
Ajuste de títulos e valores mobiliários a				
valor de mercado	252	1.703	(1.711)	244
PIS e COFINS diferidos - diferença				
temporária	4.522	978	(919)	4.581
PIS e COFINS diferidos	4.522	978	(919)	4.581
Total de créditos fiscais diferidos	7.636	7.114	(7.015)	7.735
Total de créditos e débitos diferidos	7.636	7.114	(7.015)	7.735
			Realiza-	
		Consti-	cão/	

31/12/2022	Consti- tuição	ção/ Reversão	31/12/2023
2.115	10.329	(10.499)	1.945
1.127	1.703	(1.302)	1.528
988	8.626	(9.197)	417
1.269	6.206	(6.306)	1.169
675	1.030	(788)	917
594	5.176	(5.518)	252
5.203		(- /	
		(101000)	
8.587	17.102	(18.053)	7.636
	2.115 1.127 988 1.269 675 594 5.203 5.203 8.587	31/12/2022 tulção 2.115 10.329 1.127 1.703 988 8.626 1.269 6.206 675 1.030 594 5.176 5.203 567 5.203 567 8.587 17.102	Consti- 31/12/2022 Consti- tuição ção/ Reversão 2.115 10.329 (10.499) 1.127 1.703 (1.302) 988 8.626 (9.197) 1.269 6.206 (6.306) 675 1.030 (788) 594 5.176 (5.518) 5.203 567 (1.248) 8.587 17.102 (18.053)

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante. sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os créditos tributários diferidos estão

Em 28 de abril de 2022 foi publicada a MP $n^{\rm e}$ 1.115, que altera a Lei $n^{\rm e}$ 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 15% para 16% a partir de 1° de agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31 de dezembro de 2023 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças tem	oorárias - 2024 a 2033	
2024	60	0,00%
2025	185	7,38%
2026	195	7,78%
2027	209	8,33%
2028	222	8,88%
2029 a 2033	1.694	67,63%
Total geral	2.504	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias

Diferenças temporárias Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2024	31/12/2023
Provisão p/ contingências fiscais	_	48
Outras provisões	3.536	3.033
Fundo de marketing	579	795
PIS COFINS diferido	(4.581)	(4.522)
Atualização depósito judicial	(5.010)	(4.209)
COFINS exigibilidade suspensa	10.096	9.433
PIS exigibilidade suspensa	1.641	1.533
Total das provisões temporárias	6.261	6.111
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	1.565	1.528
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	939	918
Total	2.504	2.446

12. Obrigações a paga

Obrigações a pagar classificadas no passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores (a)	10.432	9.819
Pagamentos a realizar (b)	23.268	20.372
Provisão fundo de marketing	579	795
Outras contas a pagar	432	357
Total	34.711	31.343

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.) em dezembro de 2024;

(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda

13. Impostos e contribuições São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo:

31/12/2024 31/12/2023 IR CSLL 3.316 2.495 2.971 COFINS 2.174 PIS 353 351

14. Débitos das operações - operações com seguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de cosseguro cedido emitido	3.174	2.222
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	3.089	3.780
Total	6.263	6.002

15. Débito das operações - operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de resseguro cedido a pagar	9.353	10.456
Comissão de resseguro a recuperar	(257)	(257)
Total	9.096	10.199

16. Débito das operações - corretores de seguros e resseguros

São comissões a pagar e pró-labores à corretores pelos contratos de seguros, os ressarcimentos às congêneres nos contratos de cosseguros aceitos e as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões a pagar seguros	21.421	16.888
Comissões riscos emitidos	40	112
Comissões direto RVNE	8.165	8.511
Comissões cosseguro aceito	1.074	418
Comissões cosseguro aceito RVNE	465	505
Total corretores de seguros e resseguros	31.165	26.434

17 Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma

	31/12/2024	31/12/2023
1 até 30 dias	5.118	6.882
31 até 60 dias	165	159
61 até 90 dias	5	54
91 até 120 dias	7	39
121 até 180 dias	209	181
181 até 365 dias	141	615
Acima de 365 dias	597	_
Total	6.242	7.930

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

continuação

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Sigueira Campos, 1.163 - 6° andar / Cep: 90010-001

	31/12/2024			31/12/2024 31/12/202			31/12/2023	
Provisões Técnicas - Seguros	Pessoas	Sobrevivência	Total	Pessoas	Sobrevivência	Total		
Circulante								
Prêmios não ganhos	66.498	_	66.498	50.886	_	50.886		
Prêmios não ganhos - RVNE	13.674	_	13.674	13.297	_	13.297		
Sinistros a liquidar administrativo*	39.273	_	39.273	32.823	3	32.826		
Sinistros a liquidar judicial	3.338	_	3.338	3.604	-	3.604		
Excedente técnico	79	_	79	79	_	79		
Sinistros ocorridos mas não avisados	29.087	-	29.087	29.460	-	29.460		
Beneficios a conceder	_	1.030.572	1.030.572	-	997.510	997.510		
Benefícios concedidos	-	258	258	-	158	158		
Resgates e/ou outros valores a regularizar	_	10.822	10.822	_	4.935	4.935		
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	870	_	870	1.680	1	1.681		
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	_	49	49	_	_	_		
Provisão de excedente financeiro	_	1	1	-	-	_		
Total	152.819	1.041.702	1.194.521	131.829	1.002.607	1.134.436		
Não Circulante								
Prêmios não ganhos	120.507	_	120.507	64.611	_	64.611		
Sinistros a liquidar administrativo	2.728	-	2.728	2.329	-	2.329		
Sinistros a liquidar judicial	9.407	_	9.407	10.156	-	10.156		
Sinistros ocorridos mas não avisados	14.681	-	14.681	18.838	-	18.838		
Beneficios a conceder	_	5.031.622	5.031.622	_	4.252.544	4.252.544		
Beneficios concedidos	_	2.517	2.517	_	1.833	1.833		
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	441	_	441	822	10	832		
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	_	239	239	_	_	_		
Total	147.764	5.034.378	5.182.142	96.756	4.254.387	4.351.143		
Total Carol	200 502	6 076 000	6 276 662	220 505	E 256 004	E 40E E70		

* A partir de maio de 2024, em virtude da calamidade no Sul, foi realizado um incremento na provisão de sinistros a liquidar a fim de melhor estimar o valor final que será pago de benefício pendentes de regulação, com base no valor dos sinistros efetivamente pagos na cobertura Danos Físicos ao Imóvel – DFI (ramo 1065).

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

	31/12/2022	Constituições	Amortizações	31/12/2023	Constituições	Amortizações	31/12/2024
Custo de aquisição diferido	59.780	3.637	(12.554)	50.863	23.168	(4.352)	69.679
Total	59.780	3.637	(12.554)	50.863	23.168	(4.352)	69.679
Circulante	30.763	2.705	(7.715)	25.753	5.711	(1.995)	29.469
Não Circulante	29.017	932	(4.839)	25.110	17.457	(2.357)	40.210

	Saldos em			Atualização	Saldos em
Provisões Técnicas - Seguros	01/01/2024	Constituições	Amortizações	Monetária	31/12/2024
Prêmios não ganhos	115.497	102.356	(30.848)	_	187.005
Prêmios não ganhos - RVNE	13.297	4.744	(4.367)	_	13.674
Benefícios a conceder	5.250.054	1.253.584	(972.746)	531.302	6.062.194
Benefícios concedidos	1.991	915	(258)	127	2.775
Sinistro a liquidar	48.915	232.804	(228.795)	1.822	54.746
Sinistros ocorridos mas não avisados	48.298	214.619	(219.149)	_	43.768
Resgates e/ou outros valores a regularizar	4.935	77.656	(71.769)	_	10.822
Excedente técnico	79	_		_	79
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	2.513	5.939	(7.141)	_	1.311
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	_	3.007	(2.719)	_	288
Provisão de excedente financeiro	_	60	(59)	_	1
Total	5.485.579	1.895.684	(1.537.851)	533.251	6.376.663

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 01/01/2023	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2023
Prêmios não ganhos	123.751	11.142	(19.396)	_	115.497
Prêmios não ganhos - RVNE	13.045	4.289	(4.037)	_	13.297
Benefícios a conceder	3.267.583	2.183.998	(711.026)	509.499	5.250.054
Benefícios concedidos	1.443	622	(168)	94	1.991
Sinistro a liquidar	55.499	180.684	(188.150)	882	48.915
Sinistros ocorridos mas não avisados	56.398	291.716	(299.816)	_	48.298
Resgates e/ou outros valores a regularizar	4.846	45.426	(45.337)	_	4.935
Excedente técnico	79	_	`	_	79
Provisão de despesas relacionadas	2.435	19.716	(19.638)	_	2.513
Total	3.525.079	2.737.593	(1.287.568)	510.475	5.485.579

18.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado.

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o *stress* de 10% na sinistralidade mostrouse adequado e suficiente para a cobertura das oscilacões.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido				
	Coberturas de Risco:	31/1:	2/2024	31/12	2/2023	
		Bruto de	Líquido de	Bruto de	Líquido de	
Variável	Premissas	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	
Sinistralidade	Aumento de 10% de sinistralidade	(7.353)	(6.854)	(3.341)	(3.110)	
Sinistralidade	Redução de 10% na sinistralidade	7.353	6.854	3.341	3.110	

19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e pró-labores, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

		31/12/2024				
Provisões Técnicas	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não ganhos	140	_	140	127	_	127
Benefícios a conceder	45.126	220.325	265.451	44.942	191.593	236.535
Benefícios concedidos	1.246	8.634	9.880	1.192	8.154	9.346
Sinistros a liquidar administrativo	581	-	581	937	_	937
Sinistros a liquidar judicial	-	-	_	-	-	_
Eventos ocorridos, mas não avisados	882	-	882	1.892	_	1.892
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1	-	1	9	68	77
Resgates e/ou outros valores a regularizar	678	-	678	187	_	187
Provisão de excedente financeiro	1	-	1	2	-	2
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	19	15	34	_	_	_
Total	48.674	228.974	277.648	49.288	199.815	249.103

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

	31/12/2022	Amortizações	31/12/2023	Constituições	Amortizações	31/12/2024
Custo de aquisição diferido	93	(32)	61	121	(93)	89
Total	93	(32)	61	121	(93)	89
Circulante	37	(9)	28	114	(84)	58
Não Circulante	56	(23)	33	7	(9)	31

		Consti-		Atualização	
Provisões Técnicas	01/01/2024	tuições	Reversões	Monetária	31/12/2024
Prêmios não ganhos	127	144	(131)	_	140
Benefícios a conceder	236.535	48.942	(42.885)	22.859	265.451
Benefícios concedidos	9.346	1.100	(1.370)	804	9.880
Sinistro a liquidar	937	600	(956)	-	581
Sinistros ocorridos, mas não avisados	1.892	261	(1.271)	-	882
Resgates e/ou outros valores a regularizar	187	5.447	(4.957)	1	678
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	77	42	(118)	-	1
Provisão de excedente financeiro	2	75	(76)	-	1
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	-	704	(670)	-	34
Total	249.103	57.315	(52.434)	23.664	277.648

Provisões Técnicas	01/01/2023	Consti- tuições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2023
Prêmios não ganhos	127	141	(141)	_	127
enefícios a conceder	204.821	44.910	(37.378)	24.182	236.535
enefícios concedidos	9.934	995	(1.638)	55	9.346
inistro a liquidar	864	395	(325)	3	937
nistros ocorridos, mas não avisados	1.310	2.118	(1.536)	_	1.892
esgates e/ou outros valores a regularizar	690	2.586	(3.089)	_	187
ovisão de despesas relacionadas	62	26	(11)	_	77
rovisão de excedente financeiro	3	69	(70)	_	2
otal	217.811	51.240	(44.188)	24.240	249.103

19.1. Análise de sensibilidade - previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa mais do que o dobro da média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos, um stress de 2% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, os choques realizados na Taxa ETTJ, na longevidade e na conversão em renda não geraram necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC). Por esse motivo, não houve impacto no resultado.

		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido							
	Coberturas de Risco:	31/12/	/2024	31/12/2023					
		Bruto de	Líquido de	Bruto de	Líquido de				
Variável	Premissas	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro				
Taya de Juros*	Redução de 2% aa na Taya de Desconto (FTT.I)	96	96	_					

*O impacto de taxa de juros afetará somente o Patrimônio Líquido, conforme especificado no item 3.16.2. Efeito das taxas de juros no TAP.

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais brutos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	131.848	117.088	158.805	973.932
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	179.205	140.878	125.699	_	836.385
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.469	181.100	141.131	_	-	709.045
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.824	98.964	102.221	180.791	_	_	_	566.523
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.760	96.812	101.401	-	-	-	-	383.280
5 anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.639	97.358	_	_	_	_	_	282.801
6 anos após o aviso	6.431	47.674	56.537	74.322	-	-	-	-	-	-	184.964
7 anos após o aviso	6.432	47.384	56.794	_	_	_	_	_	_	_	110.610
8 anos após o aviso	6.426	48.453	_	_	-	_	-	_	_	-	54.879
9+ anos após o aviso	6.419	_	_	_	_	_	_	_	_	_	6.419
Estimativa na data base (2024) (a)	6.419	48.453	56.794	74.322	97.358	101.401	180.791	141.131	125.699	158.805	991.173
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.637	56.280	73.117	93.287	99.087	178.395	137.959	121.182	123.483	935.846
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	_	1.816	514	1.205	4.071	2.314	2.396	3.172	4.517	35.322	55.327
Sinistros a liquidar total											55.327

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.520	145.180	124.516	108.506	140.026	912.503
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.347	96.353	168.801	133.785	116.058	_	798.198
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	96.026	170.197	133.656	-	-	675.846
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.519	96.584	169.775	_	_	_	540.761
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.583	90.826	95.663	-	_	-	_	368.756
5 anos após o aviso	6.420	47.349	56.325	72.462	90.948	_	_	_	_	_	273.504
6 anos após o aviso	6.417	47.428	56.018	72.479	_	-	-	_	-	_	182.342
7 anos após o aviso	6.418	47.148	56.004	_	_	-	-	_	-	_	109.570
8 anos após o aviso	6.416	47.384	_	_	_	_	_	_	_	_	53.800
9+ anos após o aviso	6.410	_	_	_	_	-	-	_	-	_	6.410
Estimativa na data base (2024) (a)	6.410	47.384	56.004	72.479	90.948	95.663	169.775	133.656	116.058	140.026	928.403
Pagamentos efetuados (b)	6.410	46.508	55.669	71.637	88.738	93.818	167.379	130.802	111.643	107.498	880.102
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	-	876	335	842	2.210	1.845	2.396	2.854	4.415	32.528	48.301
Sinistros a liquidar total											48.301

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	5.734.682
Ajustes:	
Direito creditório (12.858)	(13.547)
Custos de aquisição diferidos (redutores) (a) (52.084)	(31.973)
Provisões técnicas – resseguros (redutores) (b) (10.108)	(10.622)
Total a ser coberto 6.579.260	5.678.540
Ativos vinculados à cobertura de reservas	
Quotas de fundos de investimento – exclusivos 6.709.425	5.801.529
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos 1.194	1.076
Equivalente de caixa 18.900	32.626
Total dos ativos vinculados 6.729.519	5.835.231
Ativos bloqueio judicial – não vinculado a cobertura de reserva –	_
Total de aplicações 6.729.519	5.835.231
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva 150.259	156.691

(a) Custos de aquisição diferidos: Circulante R\$ 29.527 (R\$ 25.781 em dezembro de 2023) e Não Circulante R\$ 40.241 (R\$ 25.143 em dezembro de 2023), total R\$ 69.768 (R\$ 50.924 em dezembro de 2023) sendo redutores R\$ 52.084 (R\$ 31.973 em dezembro de 2023) en não redutores R\$ 52.084 (R\$ 31.973 em dezembro de 2023) em não redutores R\$ 52.084 (R\$ 31.973 em dezembro de 2023) em não redutores R\$ 52.084 (R\$ 31.973 em dezembro de 2023) em não redutores R\$ 52.084 (R\$ 31.973 em dezembro de 2023) em não redutores R\$ 52.084 (R\$ 31.973 em dezembro de 2023) em não redutores R\$ 52.084 (R\$ 31.973 em dezembro de 2023) em não redutores R\$ 52.084 (R\$ 31.973 em dezembro de 2023) em não redutores R\$ 52

dezembro de 2023), total R\$ 93.766 (R\$ 90.924 etni dezembro de 2023); e não redutores R\$ 17.684 (R\$ 18.951 em dezembro de 2023); (b) Ativos de resseguro – provisões técnicas: Circulante R\$ 10.540 (R\$ 11.835 em dezembro de 2023) e Não Circulante R\$ 4.864 (R\$ 4.621 em dezembro de 2023), total de R\$ 15.404 (R\$ 16.456 em dezembro de 2023) sendo redutores R\$ 10.108 (R\$ 10.622 em dezembro de 2023) e não redutores R\$ 5.296 (R\$ 5.834 em dezembro de 2023).

22. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na provisão de sinistros a liquidar, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (Notas 17 e 18). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

respectivo pagamento. A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

			Caus	Causas Cíveis – Relacionadas a Sinistros/Benefício							
		31/12/2024			31/12/2023						
		Valor	Valor		Valor	Valor					
Probabilidade de Perda	Quantidade	Estimado	Provisionado	Quantidade	Estimado	Provisionado					
Provável	74	5.396	5.396	61	4.270	4.270					
Possível	152	17.617	_	159	16.396	_					
Remoto	6	287	-	6	212	-					
Total	222	23 300	5 306	226	20 272	4 270					

22.2. Outros débitos – provisões judicia

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas demais causas cíveis, causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "outros débitos" conforme demonstrado a seguir:

		Causas Cíveis – Não relacionados à sinistros/ben							
		31/12/2024		31/12/2023					
		Valor	Valor		Valor	Valor			
Probabilidade de perda	Quantidade	Estimado	Provisionado	Quantidade	Estimado	Provisionado			
Provável	46	2.305	2.305	34	1.762	1.762			
Possível	286	13.067	-	237	9.536	_			
Remota	11	200	-	4	64	_			
Total	343	15.572	2.305	275	11.362	1.762			

Causas Fiscais 31/12/2024 31/12/2023 Valor Valor Provável Possível 48 1.651 1.777 Total 1.777 Total geral 349 17.349 2.305 13.061 1.810

22.3. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

No grupo "outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até marco de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	9.433	663	10.096
PIS	1.532	109	1.641
Total - obrigações fiscais	10.965	772	11.737
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS	Saldo em 31/12/2022 8.628	Atualização monetária 805	Saldo em 31/12/2023 9.433 g
COFINS PIS			

Jornal do Comércio

rio grande

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6° andar / Cep: 90010-001

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.									
	PIS		COFIN	S	Total				
Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão			
Alargamento da base (a)	1.847	1.641	11.638	10.096	13.215	11.737			
Total 31/12/2024	1.847	1.641	11.638	10.096	13.215	11.737			
	PIS	PIS		S	Total				
			Depósito		Depósito				
Tese	Depósito judicial	Provisão	judicial	Provisão	judicial	Provisão			
Alargamento da base (a)	1.728	1.532	10.637	9.433	12.365	10.965			
Total 31/12/2023	1.728	1.532	10.637	9.433	12.635	10.965			

(a) Temos as seguintes discussões de PIS/COFINS

- Lei nº 9.718/98 Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras em geral e sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livre e garantidores) Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).
- Lei nº 12.973/14 Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).; e
 Lei nº 12.973/14 Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre
- Lei nº 12.9/3/14 Alargamento da base de calculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidencia do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livres) Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres)
 22.4 Denósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal)

Em 31 de dezembro de 2024, os "depósitos judiciais e fiscais" estão classificados no ativo não circulante, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	221	309
Fiscais	13.215	12.409
Total depósitos judiciais	13.436	12.718
Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:		

 Saldo inicial
 31/12/2024
 31/12/2023

 Saldo inicial
 12.409
 11.468

 Atualização monetária
 851
 941

 Baixa
 (45)

 Saldo final
 13.215
 12.409

23. Patrimônio líquido

22 1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 72.188, representado por 2.091 acões ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

23.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R\$ 96.082 (R\$ 98.108 em 31 de dezembro de 2023) são compostas por: (i) Reserva legal de R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor; e

(ii) A Reserva estatutária, no valor de R\$ 81.644 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 83.670 em 31 de dezembro de 2023), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

23.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de "créditos tributários". O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de uma perda de R\$ 975 (perda de R\$ 1.004 em 31 de dezembro de 2023).

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

Em 23 de setembro de 2024, foi deliberado na Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 31.331 (trinta e um milhões, trezentos e trinta e um reais), provenientes da reserva estatutária.

	2024	2023
Lucro líquido no ano	112.975	122.332
Dividendos pagos e propostos no exercício	115.001	90.706
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	101,79%	74,15%
Destinação à reserva de lucros	81.644	61.166

23.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capita

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMH serão cobertos por PLA de nível 1
 b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos poi PLA de nível 3, e

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	167.296	169.292
Ajustes contábeis	(6.795)	(9.269
Despesas antecipadas	•	(1
Ativos intangíveis	(150)	(91
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(6.645)	(9.177
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	62.722	39.352
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	1.650	460
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	61.072	38.892
Subtotal PLA - nível	223.223	199.375
PLA Nível I	152.765	152.387
PLA Nível II	62.722	39.352
PLA Nível III	7.735	7.636
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (e)	(9.059)	
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	214.164	199.375
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	6.370	6.288
Capital de risco de subscrição	112.097	102.319
Capital de risco - mercado	7.199	3.631
Capital de risco - redução por correlação	(8.198)	(5.643
Capital de risco - operacional	5.329	8.503
Capital de risco (CR) (b)	122.797	115.098
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	122.797	115.098
Patrimônio líquido ajustado	214.164	199.375
-) Exigência de capital - EC	(122.797)	(115.098
Suficiência de capital - R\$	91.367	84.277
Suficiência de capital (% da EC)	174%	173%

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se as transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

	At	ivo	Pas	sivo	Desp	esas	Rec	eitas
Partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Icatu Seguros S.A. (ligada) (a)	8.834	9.295	(4.237)	(2.487)	(46.202)	(48.060)	102.276	112.511
Icatu Capitalização S.A. (ligada) (c)	191	_	_	_	(949)	_	_	_
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) (d) Icatu Assessoria S.A.	-	-	(1)	-	(15)	(67)	-	-
(ligada) (b) (*)	_	_	(9.883)	(9.121)	(117.056)	(111.445)	_	_
Rio Grande Capitalização S.A. (ligada) (c)	6.652	9.834	_	_	(15.701)	(16.362)	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Ligada) (e) (f)	6.406	4.183	_	_	(6.271)	(5.516)	-	_
Total	22.083	23.312	(14.121)	(11.608)	(186.194)	(181.451)	102.276	112.511

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir

- (a) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- (b) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária S.A.). Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes:
- nos meses subsequentes; (c) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização S.A. Os títulos são de pagamento único e vigência

mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Despesas Operacionais";

- (d) Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.
- (e) Saldos em conta corrente.
- (f) Refere-se a despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação.
- (*) Para fins de restruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O Iaudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. A operação foi feita a valores contábeis e o acervo líquido da operação é de R\$ 47.798, cujo montante representou um acréscimo patrimonial para a incorporadora.

 25. Principais ramos de atuação seguros
- Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

		31/12/2024			31/12/2023	
	Prêmios	Índice de	Índice de	Prêmios	Índice de	Índice de
Ramo	Ganhos	Sinistralidade	Comissionamento	Ganhos	Sinistralidade	Comissionamento
Vida em grupo	292.480	16.2%	34,89%	276.644	13,7%	33,3%
Prestamistas	289.958	25,7%	31,65%	295.285	21,8%	34,0%
Acidentes pessoais	92.167	6,4%	35,01%	95.986	5,4%	35,8%
Habitacional	27.197	75,9%	15,29%	25.371	13,9%	13,1%
Outros	19.056	8,5%	21,40%	18.037	21,7%	22,3%
Total	720.858	20.83%	32.51%	711.323	16.15%	32.94%

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

26.1. Prêmios ganhos - seguro

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos direto	684.878	585.918
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	102.276	112.511
Prêmio riscos vigentes não emitidos	116	233
Receitas de contribuições planos repartição simples	514	460
Receitas de contribuições planos de renda	4.959	4.199
Variação das provisões técnicas	(71.885)	8.002
Total	720.858	711.323
OC O. Cimietuse accumidas.		

	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações avisadas	(156.211)	(120.787)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	5.283	8.066
Despesas com sinistros	146	(191)
Outras despesas com sinistros	656	(1.994)
Total	(150.126)	(114.906)

* A partir de maio de 2024, em virtude da calamidade no Sul, foi realizado um incremento na provisão de sinistros a liquidar a fim de melhor estimar o valor final que será pago de benefício pendentes de regulação, com base no valor dos sinistros efetivamente pagos na cobertura Danos Físicos ao Imóvel – DFI (ramo 1065).

26.3. Custo de aquisição – seguros

Total

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões sobre prêmio emitido	(251.802)	(224.148)
Variação despesa de comercialização diferida	18.863	(8.819)
Outras despesas de comercialização	(1.388)	(1.360)
Total	(234.327)	(234.327)

 Despesas com cobrança
 (8.241)
 (7.688)

 Reversão da provisão para contingências cíveis
 (822)
 (949)

 Reversão de provisão para riscos de créditos
 379
 (267)

 Despesas com títulos de capitalização
 (16.650)
 (17.126)

 Outras receitas e despesas operacionais
 (3.890)
 (5.677)

(29.224)

(31.707)

26.5. Resultado com operações de resseguro – seguros e previdênci

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de indenização – seguros*	19.898	9.209
Recuperação de indenização de benefícios - previdência	(256)	186
Prêmio cedido em resseguro - seguros	(14.201)	(15.947)
Prêmio cedido em resseguro - previdência	(465)	(502)
Variação dos sinistros ocorridos - seguros	(201)	(72)
Variação das provisões técnicas - seguros	(530)	1.431
Receita com participação em lucros	16	_
Variação das provisões técnicas - previdência	14	151
Outros resultados com operações de resseguro	312	234
Total	4.587	(5.310)

* A partir de maio de 2024, em virtude da calamidade no Sul, foi realizado um incremento na provisão de sinistros a liquidar bem como no ativo de resseguro correspondente a fim de melhor estimar o valor final que será pago de benefício pendentes de regulação, com base no valor dos sinistros efetivamente pagos na cobertura Danos Físicos ao Imóvel – DFI (ramo 1065).

26.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL - previdência

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos*	963.616	2.030.019
Receitas de contribuições planos	25.332	30.032
Restituições	(527)	(3.195)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	988.421	2.056.856
PMBAC - planos de renda*	(988.230)	(2.056.770)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(988.230)	(2.056.770)
Total	101	07

* Em 2023, houve um forte incentivo a venda dos produtos de previdência, sendo um ano fora da curva em relação a captação líquida 26.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	31/12/2024	31/12/2023
PPNG - planos repartição simples	(3)	8
PPNG - planos de renda	(10)	(7)
PVR - planos renda	(19)	1-
Despesas com benefícios e resgates	(244)	(90)
Outras provisões	(469)	(216)
Total	(745)	(305)
OC C December of minimum times		

·	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(1.032)	(955)
Serviços de terceiros*	(132.597)	(128.219)
Localização e funcionamento	(520)	(546)
Publicidade e propaganda	(11.075)	(7.631)
Publicações	(130)	(420)
Donativos e contribuições	(2.507)	(2.579)
Despesas administrativas diversas	(173)	(124)
Total	(148 034)	(140 474)

* Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária S.A.)

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	(1.130)	(1.757)
COFINS	(25.827)	(26.472)
PIS	(4.199)	(4.304)
Taxa de fiscalização	(3.316)	(2.583)
Outras despesas com tributos	(45)	(46)
Total	(34.517)	(35.162)
26.10. Resultado financeiro		

	31/12/2024	31/12/2023
VJR	587.166	565.662
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	587.166	565.662
Outras receitas financeiras	1.027	1.245
VJORA	6.271	6.441
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	6.271	6.441
Total – receitas financeiras	594.464	573.348
VJR	(665)	(148)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(665)	(148)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(23.664)	(24.240)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(533.251)	(510.475)
Outras despesas financeiras	(1.460)	(2.290)
Total – despesas financeiras	(559.040)	(537.153)
Total	35,424	36.195



Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6° andar / Cep: 90010-001

27. Conciliação dos impostos de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como seque

	31/12/2	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Resultado antes dos impostos	185.796	185.796	201.853	201.853	
ADIÇÕES	8.259	8.259	11.288	11.288	
Adição permanente	-	_	588	588	
Doações e patrocínios indedutíveis	2.471	2.471	2.551	2.551	
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	495	495	1.435	1.435	
Outras provisões	_	_	575	575	
PIS e COFINS diferido	4.522	4.522	5.203	5.203	
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	771	771	936	936	
EXCLUSÕES	(5.740)	(5.740)	(6.639)	(6.639)	
Outras provisões	(358)	(358)	(1.302)	(1.302)	

e: Fernando Guerreiro de Lemos

emais Conselheiros: Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Luiz Carlos Caio Tomazeli; Luciano Soares.

31/12/2024 31/12/2023 IRPJ CSLL PIS e COFINS diferido (4.581) (4.581) (4.522) (4.522) Tributos e contribuições em questionamento judicial (801)(801)(815)(815)188,315 188.315 206 502 206.502 Resultado ajusta Alíquotas oficiais 15% + 10% 15% + 10% 15% 15 + 1% Despesas com IRPJ/CSLL (47.075) (28.247)(51.602) (30.975)Incentivos fiscais 2.442 2.413 Reversão da provisão de créditos tributários 241 Despesas com IRPJ/CSLL Alíquota efetiva - resultado (44.596)(28.225)(48.787)(30.734)

28. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2024 da Icatu Seguros S.A.

Diretoria

lente: César Luiz Salazar Saut

s: Marcio de Moraes Palmeira; Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7 Atuário: Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre – RS

Opinião

demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço Examinamos as patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principale assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.14, 3.15, 18 e 19 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.14, 3.15, 18 e 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG - RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída, quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos.

Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria

Como a auditoria endereçou esse assunto

- Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da
- Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG RVNE") e do teste de adequação dos passivos. conciliação das bases de dados operacionais suporte a PMBaC. IBNR e
- PPNG RVNE com os respectivos saldos contábeis.

 Realizamos o confronto do saldo reconhecido de PMBaC, na data-base auditada, com os respectivos fundos de investimentos, que garantem a respectiva provisão, para os quais executamos procedimentos de confirmação dos saldos com a instituição financeira administradora, executamos ainda teste de custódia desses ativos dados em garantia da provisão, além do teste de
- valorização das colas.

 teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PPNG RVNE e IBNR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente.
- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia.
- Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção levante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

ueritoristrações interiorias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos

riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequer porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo

disorições hao origidas e inacceitadas fini conjunto excedenta a materialidade para as demonstrações inacceitas inacceitas confidentificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e sufficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

-Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governanca a respeito, entre outros aspectos, do alcance planeiado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ José Claudio Costa Contador CRC 1SP167720/O-1



Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre - RS

Escopo da Auditoria Atuarial Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações

financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da inital celtas e o dentro strativos do capital finimino requerior, dos valores reduciones da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os aiustes associados à variação econômica do patrimônio líquido aiustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

sponsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos tectricas, peros ativos de resseguiro egistados nas demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária

 - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada nor fraude ou erro

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seia planeiada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os aiustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro regis demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também anlicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e EIP (exclusivamente nos quadros concernentes auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 24 de fevereiro de 2025. Daniela Sedel - Atuária MIBA 1721

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CNPJ: 02.668.801/0001-55

R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 São Paulo — SP — Brasil



31/12/2024

150.259

Rio Grande Seguros e Previdência S.A. 1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro

Total de provisões técnicas auditadas	6.654.310
Total de ativos de resseguro	15.404
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e	
despesas com sinistros	7.393
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de	
cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2024
Provisões Técnicas auditadas (a)	6.654.310
Valores redutores auditados (b)	75.050
Total a par apharta (a.b.)	6 570 060

Total a ser coberto (a-b) 6.579.260 3. Demonstrativo do Capital Mínimo 31/12/2024 Capital Base (a) 15.000 122.797 Capital de Risco (CR) (b)

Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b) 122.797 4. Demonstrativo da Solvência Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a) Ajustes Econômicos do PLA 31/12/2024 62.722 Exigência de Capital (CMR) (b) 122,797 Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b) 91.367 Ativos Garantidores (d) Total a ser Coberto (e) 6.579.260

Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP) 31/12/2024 2.000 0929, 0977, 0982, 0984, 0993, 1061, 1065, 1198, 1381, 1391 Coberturas de morte e invalidez de previdência

Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)